

Dia Mundial dos Cuidados Paliativos

Mudança exige formação dos profissionais



Em vez de se falar de eutanásia, discutam-se as alternativas. Essa é a posição de Isabel Neto, uma autoridade em matéria de cuidados paliativos

Luciano Reis

Aprender com a morte

Morrer é tão natural como viver. Mas a perspectiva da morte inspira por vezes sentimentos de angústia e até de revolta, a que não são alheios princípios de cariz cultural e educacional. AAMARA - Associação pela Dignidade na Vida e na Morte -, criada para apoiar pessoas em fase terminal, familiares, amigos, médicos, e outros cuidadores, levou a este encontro alguns dos seus voluntários, a que se juntaram outros, com o objectivo de testemunharem essa experiência solidária e altruísta, no momento em que é urgente o alívio da angústia.

Paulo Santos, formado em Psicologia da Saúde, colabora com a associação há um ano. Um trabalho, disse, que «exige uma evolução interior», e que obriga a valorizar «a importância das pequenas coisas do quotidiano». A sua postura é acima de tudo do saber ouvir. Também a do toque, do contacto físico. E embora se trate de uma missão desgastante, não pretende afastar-se dela. Enfermeira há 27 anos, Noélia Santos relatou a sua experiência com familiares residentes em zonas rurais onde, por tradição, as pessoas falecem em casa. Nas zonas urbanas não é fácil manter esse conforto e carinho, mas é possível. «Podemos utilizar recursos que estão disponíveis e que por vezes nem imaginamos que existem».

Helena Melo, pianista, reserva um dia por semana para prestar voluntariado no IPO, em Lisboa. Para ali, onde o sofrimento é uma constante, transporta o seu lema de todos os dias: dar um pouco de si. E defende, sem reservas, que «é importante aprender a morrer, mas para isso é preciso aprender a viver».

Há um conjunto de doenças graves e incuráveis, associadas a um imenso sofrimento, que afectam cada vez mais pessoas e exigem cuidados paliativos. Quem trabalha na área contorna a morte como assunto tabu e defende que a mudança de práticas só é possível com a formação específica dos profissionais

■ Linda Rosa

O nosso país assinalou o Dia Mundial dos Cuidados Paliativos, a 8 de Outubro, com um programa coordenado pela Associação Nacional de Cuidados Paliativos, que, em Lisboa, se cumpriu na Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian e na Aula Magna da Faculdade de Medicina.

«Os aspectos médicos, éticos, psicológicos e sociais dos Cuidados Paliativos» congregou alguns conferencistas e um conjunto de pessoas que pres tam voluntariado nessa área, ressaltando desse conjunto de intervenções uma conclusão inquestionável: é preciso coragem para enfrentar a situação.

Isabel Neto é um dos mais respeitados nomes nesta matéria. O seu currículo reflecte um pouco essa credibilidade - esta assistente da FML e membro da comissão ministerial para o desenvolvimento de serviços às pessoas idosas e dependentes, além de presidente da Associação Nacional de Cuidados Paliativos, tem sido distinguida com prémios e galardões, sendo uma das personalidades condecoradas o ano passado com o grau de Comendadora da Ordem de Mérito.

Os cuidados paliativos interessam a todos, já que estão subjacentes a problemas que afectam não apenas os doentes,

mas a família no seu todo. É uma questão que «tem a ver com o apoio na fase avançada das doenças crónicas e, ou, doenças em que há um intenso sofrimento provocado pelas intervenções curativas», como sublinhou Isabel Neto, que a dado passo lembrou que a definição da Organização Mundial de Saúde, em 2002, «não remete os cuidados paliativos apenas, e só, para o fim de vida», fazendo notar que «há intervenções extraordinariamente fúteis em situações de grande sofrimento físico». De qualquer modo, e no que nos toca, aqueles cuidados «existem para fazer a diferença na doença crónica avançada e incurável de muitos milhares de pessoas em Portugal».

A diferença à cabeceira dos doentes não passa apenas pela formação dos médicos. Está intimamente ligada ao «controlo dos sintomas, à comunicação adequada, ao apoio à família e ao trabalho em equipa» por parte dos profissionais. Só dessa forma se passa das intenções à prática, defendeu.

Mas é sem dúvida na formação que está «o instrumento estratégico de mudança», afirmou Isabel Neto, acrescentando: «O vector chave para fazer a mudança é a formação específica dos profissionais. Queremos rigor, competência técnica e humanismo, e isso não se muda por decreto. É fundamental que isto passe a ser uma área obrigatória desde o pré-graduado».

«Quando não se conhecem alternativas, fala-se de eutanásia», disse. Daí a importância «de conhecer intervenções específicas, não apenas farmacológicas». Contudo a essência está na atitude dos médicos, que devem «ter a coragem de dizer que querem fazer cuidados paliativos. É assim que uma área se afirma e vai mudando».

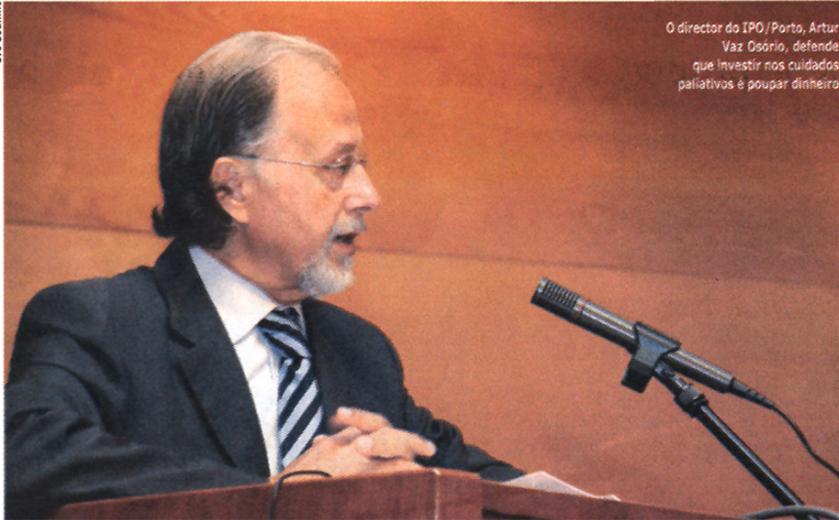
Descobrir a vida

Para Cristina Pinto, psicóloga no Centro de Saúde de Odivelas, «só faz sentido falar da intervenção do psicólogo se integrado em equipa». A sua intervenção não se sobrepõe nem colide com a dos outros profissionais, centrando-se a finalidade primordial na tentativa de pugnar por uma melhor qualidade de vida do doente e dos familiares, buscando soluções para o momento exacto, que deverão estar permanentemente em aberto. Mas «só se pode desenvolver um trabalho eficaz com o doente se houver uma relação de ajuda baseada na confiança, na disponibilidade, na aceitação do que tiverem para nos dizer». Um caminho invariavelmente paralelo com o do doente e o das famílias.

Versão alargada em www.tempomedicina.com (Edição Semanal e Arquivo «TM»)

Dia Mundial dos Cuidados Paliativos

Ivo Górnio



O director do IPO/Porto, Artur Vaz Osório, defende que investir nos cuidados paliativos é poupar dinheiro

Camas sem uso no Porto

O director do IPO/Porto lamenta que se gaste tanto dinheiro em «cartazes, papel e almoços» e se esqueça esta «cruzada», criticando também as instituições de solidariedade social, «mais preocupadas em criar unidades de saúde que concorrem com a capacidade instalada»

■ Paula Mourão Gonçalves

«Numa altura em que o País, no exercício da cidadania e da democracia, gasta milhões de euros em cartazes [o Dia dos Cuidados Paliativos assinalou-se no passado dia 8, véspera de eleições autárquicas], em papel, em almoços, para não dizer em promessas e em muita coisa que se esfuma, não se pode compreender que o Estado e a sociedade civil não adira à cruzada dos cuidados paliativos», lamentou Artur Vaz Osório, nas comemorações, no Porto, do Dia Mundial dos Cuidados Paliativos. O director do Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto exortou ainda as instituições de solidariedade social que, na sua opinião, têm estado «adormecidas» no que se refere a esta problemática, a transformarem-se no «motor de uma rede estruturada de Cuidados Paliativos». Nas palavras de Artur Vaz Osório, esta tarefa é mais importante que criarem «hospitázinhos» ou, por outras palavras, «unidades de saúde que concorram com a capacidade instalada».

De acordo com o director do IPO/Porto, a falta destas unidades traduz-se, afinal, num «desperdício de dinheiro», para além dos «graves reflexos» ao nível do bem-estar e da dignidade dos doentes e das suas famílias.

«Está a gastar-se inutilmente muito dinheiro em cuidados inapropriados. Um doente destes numa unidade vocacionada para doentes agudos fica extremamente caro», lembrou. Vaz Osório disse mesmo que, num momento em que os dinheiros não abundam, estabelecer uma rede de cuidados paliativos é «gerir bem», pois gastando e investindo neles «está a poupar-se a montante em internamento, em drogas ineficazes e em tratamentos inapropriados que já deviam ter acabado».

Em declarações ao «TM», o responsável do IPO/Porto lembrou ainda a importância dos privados na implementação de uma rede de cuidados continuados, frisando, no entanto, que o mais importante é a criação de uma rede estatal que, além da abertura de novas unidades, passaria também pela criação, ao nível dos centros de saúde, por exemplo, de equipas multidisciplinares que assegurem visitas domiciliárias a doentes nestas condições.

Vinte camas «fechadas»

Com um custo de cerca de dois milhões de euros/ano, a Unidade de Cuidados Paliativos do IPO/Porto não recebe, de acordo com o director do instituto, qualquer ajuda directa do Estado. «A unidade é sustentada com financiamento da própria organização», disse. Aliás, é por manifesta falta de verbas que a unidade tem apenas

Lidar com o luto

Apresidente do CNECV, Paula Martinho da Silva, alertou para outro vértice deste assunto que não deve ser esquecido: os cuidados com os profissionais de saúde envolvidos nesta área da Medicina. «Quem cuida dos que cuidam?», questionou. A desmistificação do processo de luto é, assim, tema fundamental em todo este processo. Autor de «Desfazer o Nó do Luto», José Eduardo Rebelo fez um resumo daquele que considera uma espécie de «manual» indicado para os profissionais de saúde que, diz, «treinados para salvar vidas, assumem a morte como uma derrota, o que tem graves consequências», nomeadamente no apoio à família enlutada.

20 camas disponíveis. «Temos outras 20, mas estão fechadas porque não há condições para as pôr em funcionamento», lembra. Porém, a directora da unidade, Edna Gonçalves, diz-se satisfeita com o número de camas disponíveis. «Nós não podemos, nem devemos, reunir aqui todos os doentes de cuidados paliativos, o desejável é que essas pessoas, não podendo estar em casa, estejam o mais próximo possível do seu ambiente». Para a oncologista, o ideal seria haver várias pequenas unidades por todo o país, para além de um forte investimento na assistência ao domicílio.

Um direito de cidadania

Para assinalar o dia, no Porto, o auditório do IPO abriu-se à discussão do tema «Cuidados Paliativos, um direito de cidadania», um painel moderado pela presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), Paula Martinho da Silva, e que contou com as participações do padre Vasco Pinto Magalhães, de José Eduardo Rebelo, autor do livro «Desatar o Nó do Luto», e de Zilda França, viúva de um doente que esteve internado na Unidade de Cuidados Paliativos do IPO/Porto.

Num relato emocionado, Zilda França lembrou a altura em que, juntamente com o marido, receberam a notícia de que deveria ser transferido para aquela unidade. «Existe um estigma relativamente àquele bloco do hospital, diz-se que é para onde vão os doentes que já não têm esperança», contou, traduzindo assim o que sentiu. No entanto, assumiu então que «quando já não se pode voltar atrás a atitude mais inteligente é procurar o melhor caminho para seguir em frente». E, após dois meses a acompanhar o marido naquela unidade, Zilda França concluiu que «contrariamente ao que se dizia, ainda havia muito a fazer», sendo esta, afinal, a grande mensagem dos impulsionadores desta prática.

Por esta razão, Zilda França bate-se agora também pela implementação de uma rede de cuidados a este nível, o que considerou, aliás, «um direito inalienável».

Socorrendo-se da legislação comunitária nesta matéria, Paula Martinho da Silva lembrou a recomendação do Conselho da Europa sobre organização de cuidados paliativos, em que se determina que os Governos devem adoptar políticas para a implementação desta prática, devendo ser considerados «parte integrante do sistema de saúde e estar disponíveis para todos os que precisam».

Versão alargada em www.tempproficina.com (Edição Semanal e Arquivo «TM»)